

26

**REFLEXÃO
SOBRE
COMUNIDADE
E
PARTIDO**

ISMAEL - THOMPSON - PAULA

INTRODUÇÃO

Pretendemos neste trabalho refletir sobre algumas questões que se colocam hoje do ponto de vista dos movimentos sociais, entendidos como formas de luta não mais restritas àquelas de caráter clássico, do tipo operário x patrão, mas que abrangem outras bandeiras de luta: saúde, habitação, educação, transportes coletivos e os demais "bens de consumo" que o capitalismo como uma forma de progresso histórico impõe ao setor urbano.

Em se tratando de movimentos sociais, não podemos nos restringir apenas aos conflitos do setor urbano - a cidade. Contudo, no presente trabalho, nos limitaremos apenas à experiência de uma comunidade localizada na região do Centro Industrial de Vitória - CIVIT. Um bairro que é fruto dos conflitos sociais na agricultura, cujos problemas vão aparecer a nível do urbano. Ou seja, trata-se de uma comunidade de indivíduos expulsos do setor rural através da penetração do capitalismo no campo e da imposição de sua "racionalidade" sobre o setor agrícola, que acaba por liberar mão-de-obra para o setor urbano. Esse é um fenômeno que está ocorrendo maciçamente no Estado do Espírito Santo.

Na primeira parte, faremos um relato bastante simples sobre o problema e, na segunda, pretendemos uma reflexão sobre o mesmo.

-I-
assaremos então para o relato de uma experiência concreta, dada em

um dos bairros da região chamada Planalto de Carapina, no Município da Serra. Trata-se do bairro Taquara, cuja população é praticamente, excluindo-se alguns antigos moradores, oriunda do setor rural.

Sua população total não podemos dar exatamente, mas podemos adiantar que em um abaixo-assinado, no qual tentou-se coletar todas assinaturas de pessoas maiores de idade, obtivemos mais de 400 assinaturas. O bairro se encontra espremido entre os terrenos da indústria Atlantic Veneer do Brasil e da Companhia de Poste Cavan, tendo ao fundo parte da área destinada ao parque industrial - CIVIT - e, pela frente a Rodovia BR-101. A fundação do bairro se dá através do loteamento que o proprietário da área (1), desrespeitando as mínimas normas, coloca à venda.

Resumindo, o loteador toma um pedaço da área que possui e recorta como quer, dando o nome de loteamento. O restante da área fica aguardando valorização que, por ironia, os próprios moradores contribuirão com suas reivindicações diante do poder público: água encanada, luz elétrica, transportes coletivos, pavimentação, escola, esgoto, orelhões (telefone), etc.; enfim, os "bens de consumo" que valorizarão os terrenos em volta do loteamento. O problema maior, no entanto, não reside apenas nisso. Acontece que no Município da Serra e, de modo geral na Grande Vitória, o cidadão compra um lote e ainda ganha, de quebra, uma dúvida: seu lote já pode ter um, dois, três ou mais donos.

E, esse fenômeno da "multiplicação" não atinge apenas os pobres, mas também outras camadas mais abastadas, como é o caso dos turistas mineiros logrados nos loteamentos irregulares no balneário de Jacaraípe, que em 1978 contava com cinco loteamentos totalmente irregulares(2).

As áreas valorizadas em torno dos loteamentos são, às vezes, destinadas à construção de conjuntos habitacionais. Aí entra uma das maiores jogadas atualmente empreendidas por elementos dos altos escalões da Administração Pública, ou seja, esses projetos além de render dividendos em forma de votos, rendem também em termos monetários. Basta para exemplificar essa afirmação, o caso da construção da COHAB no bairro Boa Vista: uma área de terra que em agosto de 1975 foi oferecida à COHAB por Cr\$.1.800.000,00 (ou seja, a Cr\$.8,00 o metro quadrado) teve total rejeição por parte do órgão. Em janeiro de 1976, a Vitoriawagem comprou a referida área (224 mil metros quadrados), vendendo-a apenas trinta dias após, em 23 de fevereiro de 1976, à COHAB, pela quantia de Cr\$.6.724.170,00(Cr\$.30,00 o metro quadrado)(3). Resumo: o presidente da COHAB (na época) e o governador do Estado foram, também, advogados da empresa Vitoriawagem.

- Para os moradores de Taquara a luta começou muito cedo, uma vez que o bairro não contava com nenhum daqueles "bens de consumo" citados acima. Luz elétrica só havia em oito residências antigas no começo do bairro, próximo à BR-101. Estes moradores costumavam "ceder" luz para seus vizinhos através de "gambiarras", a preços nada dignos no padrão de

honestidade : Cr\$.100,00 pela manutenção de uma lâmpada, por exemplo. Era um negócio para os "proprietários" de luz. Já a água, só através de poços, apesar do bairro se situar não muito distante a duas grandes lagoas. Ônibus só na Rodovia, de hora em hora (isso antes de 1977). Os bens restantes eram até "supérfluos" em relação às necessidades mais prementes. Este era o quadro do bairro antes dos moradores se organizarem em prol de seus direitos.

A luta no bairro, encabeçada por alguns moradores isolados, vinha se dando através da reivindicação da luz elétrica junto aos órgãos responsáveis já a alguns anos. E, foi nas reuniões da comunidade Eclesial de Base-CEB que surgiu a idéia de se criar uma organização que representasse os moradores, tais como "Centros Comunitários" (4) dos conjuntos habitacionais do Inocoopes e da COHAB, que em sua maioria estão sob controle dos moradores, atualmente.

Os moradores de Taquara, após receberem tantas evasivas em suas "peripetivas" ante os órgãos públicos, sentiram a necessidade de uma organização juridicamente representada. Foi nesse momento que nós entramos no trabalho em Taquara, em apoio aos membros da comunidade, juntamente com outros companheiros, encabeçados pelo padre que assistia àquela e às demais comunidades (nove ao todo) na região, inclusive a de Laranjeiras onde residimos. No início de 1979, no terreno da igreja Católica (onde ainda não há construção, apenas uma barraca) foi realizada a primeira Assembleia dos Moradores, da qual foi tirada uma Diretoria Provisória para dirigir a Associação dos Moradores durante um ano, prazo no qual deveria a

Diretoria convocar e marcar a data para a eleição da nova Diretoria. Após essa Assembléia, passou-se a usar o pequeno salão da Congregação Prebisteriana do bairro, como local de reunião da Diretoria e interessados, ficando o terreno da igreja Católica para Assembléias, dado que o espaço era mais propício.

A partir desse momento, os moradores passam a reivindicar não mais isoladamente, mas representados por uma entidade registrada e estatutária. Isso, por um lado torna mais fácil a organização dos moradores, e por outro lado, coloca agora a necessidade de se consolidar o trabalho da Diretoria e da Associação como um todo, haja visto que se corre o risco de na próxima eleição a Associação cair nas mãos de elementos ligados a políticos (vereadores e cabos eleitorais) vinculados ao poder local indiferentes às lutas populares. A primeira Diretoria, portanto, não isoladamente, tratou de consolidar sua posição. Lutou-se a princípio por duas reivindicações: luz elétrica e ônibus, que uma vez conseguidos carregou para os líderes a confiança dos moradores, não, somente nos líderes, mas na força da luta em conjunto.

Essas duas conquistas foram até rápidas, porque o prefeito e seus testas-de-ferro(5) tentaram controlar o movimento no início, atendendo as reivindicações, de modo que elas passassem com doações da "boa vontade" do poder público.

O passo seguinte foi a luta pela água encanada e aumento do número de ônibus para o atendimento ao bairro. Simultaneamente, nas reuniões da Associação e da Comunidade (de base) procurava-se discutir com os moradores o significado da nossa luta e das conquistas

efetivadas (aqui entra um dado importante que retomaremos na próxima parte: o espaço de liberdade, aberto com a existência da comunidade, no qual o povo pode desenvolver iniciativas que a atual sociedade não permite).

O aumento do número de ônibus é mais difícil porque trata-se de monopólio exclusivo de uma única empresa: a Serrana, pertencente a um grupo de amigos do prefeito. Mesmo concedida, esta reivindicação logo é tirada ao povo. Aí começa tudo outra vez.

Já a água encanada o povo conquistou após duras "peripetivas" aos órgãos responsáveis, inclusive porque a Diretoria teve que lutar pelo concedimento da CESAN em colocar a água sem que os moradores construíssem as instalações obrigatórias - caixa d'água e encanamentos. Isso se deu porque a maioria dos moradores não tinha condições de construir ou comprar canos que pudessem utilizar a água mesmo no quintal da casa. Dessa conquista aconteceu um episódio digno de registro: o povo não permitiu que o prefeito e uns vereadores subissem ao caminhão improvisado de palanque no terreno da igreja Católica, por ocasião da inauguração da rede d'água, comemorada em Assembléia.

No final do ano de 1979, em novembro, a Diretoria Provisória fez realizar a eleição anteriormente convocada para a renovação da Diretoria, como não houve divisões, foi composta uma chapa única, na qual permaneceram seis dos antigos membros da Diretoria anterior. A eleição realizada no templo da Congregação Prebisteriana, numa tarde de domingo, acusou um total de 100% de votos para a chapa, ou

seja, todos votos "sim". O que comprova a coesão do movimento em Taquara.

No final do ano, alguns membros da Associação começaram a demonstrar interesse pelos Partidos Políticos, principalmente pelo Partido dos Trabalhadores. Na posse da nova Diretoria, a questão do engajamento no PT foi colocada, e, no ensejo um representante do Sindicato dos Operários da Construção Civil colocou a proposta, que foi recebida já que a Associação de Moradores de Taquara conta com muitos operários da construção civil - inclusive o presidente da Associação, eleito para a gestão de 1980-1981. E, por volta da greve da construção civil em 1979 na Grande Vitória, os operários residentes em Taquara tiveram participação importante no movimento. Principalmente, na marcha realizada pelos operários, de Vitória até Vila Velha, como protesto contra os patrões, na qual Taquara foi a comunidade que se fez representar com o maior número de participantes.

No princípio de 1980, nos separamos do trabalho, haja visto nossa mudança para São Paulo. E, com isso, não podemos dar maiores informações detalhadas sobre o movimento popular em Taquara e no restante da região. No entanto, sabemos que a luta no momento se trava em prol da organização de um "conselho popular", que na prática já vinha se dando desde os fins de 1979. Trata-se de uma forma de organização que não leve mais as reivindicações de uma comunidade em separado, mas de todas. Inclusive, daquelas que não têm formas de organização elaboradas juridicamente; ao mesmo tempo, esse expediente empresta força para as Associações mais fracas.

Em finais de 1979, participamos de uma reunião que congregou nove Associações de Moradores do Planalto de Carapina, mais os representantes de comunidades sem Associações registradas.

No presente momento, um novo problema está colocado no cerne dessa questão: as divergências entre posições partidárias, mesmo em se tratando de posições junto a uma única agremiação partidária. Por exemplo, o Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo convive com muitos grupos divergentes em seu interior, o que resulta num PT de vários PTs: o PT dos estudantes; o PT do MEP-Movimento de Emancipação do Proletariado; o PT da tendência Liberdade e Luta, e etc.. Estas divergências intra e extra partidárias podem não chegar a prejudicar o trabalho no interior de uma comunidade, mas em se tratando de um conjunto das comunidades, a coisa se torna bem mais séria. Felizmente, para o movimento popular, a posição da igreja Local não tem oscilado e nem tampouco os padres foram transferidos das comunidades em que trabalham.

-II-

Nesta presente etapa, pretendemos refletir sobre dois tópicos que a nosso ver são fundamentais para os movimentos sociais.

O primeiro desses itens é a idéia da comunidade.(6) Em princípio é necessário precisar melhor esse termo, pois o mesmo pode ter várias interpretações. Vamos entender por comunidade um espaço de liberdade, um espaço criador, no qual dependendo das condições objetivas, abrir-se-ã possibilidades para o desenvolvimento de iniciativas

que a atual sociedade não permite. Um espaço que permitirá ao homem em sua relação com outros homens, aos poucos, ir readquirindo sua condição humana adormecida.

Isso na medida que este espaço lhe permite a emergência de suas capacidades e potencialidades dormentes, isto é, características que o homem deixou de exercer - por lhe serem expropriadas no seu cotidiano fetichizado - no plano das relações sociais. Quando se abre um espaço onde se desenvolve novas relações inter-humanas, coloca-se, no limite, a possibilidade de crítica revolucionária e, também, de autocrítica, daquilo que vinha sendo dado como acabado, como realidade (7). Inclusive, de pensar sobre sua atividade no cotidiano, ditada pela lógica do modo capitalista de produção. Lógica esta que, sendo inerente ao sistema capitalista e decorrente da divisão social do trabalho, tem como eqüivalente a divisão da própria pessoa humana. Sobre essa questão, abordada por Marx e Engels em "A Ideologia Alemã" (8), os autores dizem: "...A divisão do trabalho nos oferece, desde logo, o primeiro exemplo do seguinte fato: desde que os homens se encontram numa sociedade natural e também desde que há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, desde que, por conseguinte, a atividade está dividida não voluntariamente mas de modo natural, a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjuga ao invés de ser por ele dominado" (grifos nossos). Isso ocorre de uma maneira que parece imobilizar o sujeito (individual ou coletivo), a tal ponto que, sendo ele o criador e transformador, não se concebe a si mesmo como tal. Uma

autora marxista, Agnes Heller diz: "O homem... nas condições da manipulação social e da alienação...vai(se) fragmentando cada vez mais" em seus papéis" (sic) (9).

A opressão é um dado que não se limita ao Estado e aparelhos coercitivos ou repressivos, ela está, também, nas normas e condutas desse cotidiano fetichizado.

Está, por exemplo, na aceitação e na passividade. Paulo Freire, em "Pedagogia do Oprimido", chama a atenção para esse fato: de que o oprimido internaliza a opressão.

No entanto, não pretendemos uma visão idealizada e nem tampouco pressupor uma correlação mecânica acerca de que vimos falando. Segundo Marx, "...Se os homens apreendessem imediatamente as conexões, para que serviria a ciência?" (10).

Vimos refletindo sobre a comunidade como um espaço "novo". E, no que concerne aos movimentos sociais que tratamos especificamente na área industrial do Planalto de Carapina, essa ideia torna-se fundamental para a compreensão daqueles movimentos. De princípio, temos que reconhecer o apoio de uma instituição no início do movimento: a Igreja. Tratando dos movimentos populares, Frei Beto diz que: "Na medida em que buscavam novos condutos de organização e pressão social, as classes populares encontravam na Igreja comprometida com a pastoral popular(11) um espaço privilegiado de rearticulação de suas forças". Contudo, não se trata da Igreja enquanto instituição oficial hierarquizada, mas de setores comprometidos..

Na localidade a que nos referimos é inegável a participação das CEBs como fator organizador no início desses

movimentos. Não estamos, de forma alguma confundindo comunidade- no sentido colocado anteriormente- com Comunidades Eclesiais de Base

Ressaltamos um ponto que consideramos fundamental no trabalho das CEBs: a contribuição que esses setores comprometidos com a luta popular dão para a dessacralização do sagrado (12). Isso implica em admitirmos, de certa forma, uma desmitificação da autoridade, uma visão mais racional do mundo através de uma concepção relativamente secularizada. Retomando a idéia, queremos dizer que numa comunidade como a estudada nesse texto, um fator tal qual a ausência de um templo, que em consequência resulta na falta de outro símbolo sagrado- o altar- já descarta, ou simplifica, o caráter sacro do ritual. Com isso queremos chamar a atenção para o fato que, "as experiências místicas, orgiásticas e extáticas - segundo Water- são estados extraordinariamente psíquicos; afastam-se da vida cotidiana e de toda conduta prática" (13)

Quanto mais se aproximar do sagrado, mais distanciamento haverá entre leigos e a "comunidade dos virtuosos". Portanto, a dessacralização do sagrado coloca

a autoridade (o padre) numa nova postura dentro da comunidade, ou seja, numa relação homem-homem com os demais; simultaneamente, já uma nova valorização do laicato. Em outros termos os homens começam a tomar iniciativa sobre algo que era monopólio da autoridade eclesiástica. (Há que se fazer uma advertência: esse fato não deve ser extrapolado para as demais comunidades, a priori).

No entanto, onde esse espaço e postura são efetivados há um novo sentido na comunhão entre os membros. Inclusive suscitando o que há de revolucionário nos

Evangelhos e, também, nas Escrituras como um todo (não me esqueço de uma passagem no Evangelho de São João: "E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará"). Esse expediente cria a possibilidade da relação entre "os fatos da vida e os fatos da Bíblia, reduzindo a dicotomia fê e vida, religião e política, Igreja e mundo" (Frei Beto, p.143)

Esse espaço criador que vimos fazendo referências abre, ainda, condições para o desenvolvimento de formas de associativismo. Por exemplo, uma das formas que presenciemos na Comunidade foi o mutirão, empregado nos momentos do levantar de um barraco de madeira, ou, de furar um poço, fossa sanitária, etc.. São relações que fogem à lógica da sociedade em que vivemos.

A comunidade entre os moradores passa a incorporar os contatos pessoais, o "bate-papo" na espera do ônibus, no "boteco", nos encontros de várias Comunidades (14), onde se discute as experiências, dando-se uma troca de tais experiências. Ao mesmo tempo, uma e outra Comunidade passam a conhecer os problemas comuns.

Nessa vivência comunitária, não obstante o fato de ainda não haver uma consciência - no sentido clássico do conceito - da exploração, a comunidade começa a perceber as mentiras e o engodo por parte dos Administradores (Prefeito, vereadores, etc.). Queremos dizer com isso o seguinte: numa Comunidade como essa que trabalhamos, desprovida de todos os "bens de consumo" que caracterizam o urbano, de repente os moradores vêem um loteamento "Classe A" ser lançado à venda já pavimentado, com água e luz elétrica, etc., antes que exista uma única residência. Daí, esse

fato que se constitui num acinte aos "humildes moradores", é também uma forma deles "sacarem" as mentiras das autoridades "competentes".

Até esse ponto da questão, admitimos que há uma mudança nas relações na Comunidade. As lutas e problemas não ficam mais no isolamento, não são mais apenas da "nossa comunidade", mas de outras. Não obstante, isso não leva necessariamente a uma luta conjunta, e nem automaticamente extrapola essa luta para as esferas do poder (Estado).

O segundo item que pretendemos refletir diz respeito à luta política, entendida como uma mudança de qualidade dos Movimentos Sociais, que possibilite a articulação de formas mais amplas de lutas (15).

A literatura política corrente tem chamado atenção para o fato dos Movimentos Sociais assumirem uma posição "basista". Há autores que vão mais fundo nessas considerações, como é o caso do peemedebista Fernando Henrique Cardoso (16) que vê os movimentos dando "as contas para o Estado". O autor acaba por classificar as importantes contribuições dadas ao "trabalho de base", por setores comprometidos da Igreja, como "novo populismo". Além disso, ele "não faz exceções: transforma em tendência geral o que observa, aqui ou ali, no particular. E, por isso, acaba atribuindo a todos os movimentos ditos de "base" o defeito de não verem o Estado como um objetivo estratégico seu e, corolário do anterior, de desconfiarem dos partidos" (17).

Em princípio, esse tema quando referido às classes populares, em particular às camadas da periferia, requer uma precisão: a distinção entre política e politicagem. Daí, é preciso atentar para o fato de que a

consciência popular tem uma versão estereotipada da política. Esse fato "justifica" uma certa aversão que esses setores demonstram ante o enfrentamento dessa questão.

A desconfiança que o povo manifesta, hoje, diante das instituições políticas se explica em parte pelo esvaziamento que tais instituições sofreram nas últimas décadas em nosso meio. E aí, torna-se cabível a seguinte interrogação: se os Partidos Políticos nas últimas décadas não representaram a vontade popular, se o sistema partidário calcado no bi-partidarismo arranjado "de cima para baixo" não estava em sintonia com essa vontade, porque, então, essas camadas iriam confiar nas "lideranças" agora? "Lideranças" que muitas vezes foram erguidas pelo povo e logo o abandonou.

As declarações (18) de membros de Movimentos Sociais, no Tuquinha, em 04/06/81, demonstram um certo orgulho daqueles que começam a defender seus interesses: "o partido é o povo quem faz, mas depois de elegido ele (o partido) se esquece do povo" (mulher, da Assembleia do Povo- Campinas); "Nós não sabemos falar, mas sabemos o que está acontecendo" (idem); "Campinas vai ser um estejo dentro do Brasil" (homem, da A. do Povo- Campinas); "... nesse trabalho da gente só o povo resolve. Político aparece, mas quando a coisa aperta logo se manda... depois quando a gente se encontra com eles, eles dizem que estão participando espiritualmente" (mulher, do trabalho de bairro- Osasco).

Essas declarações, não obstante ao fato de demonstrar o orgulho daqueles que se organizam na luta pelos seus direitos, são perigosas e

podem retardar a possibilidade de organização mais complexos que representem as camadas populares. Em outras palavras, desligar esse movimento vigoroso de formas de luta mais amplas que possam levantar bandeiras do interesse de outras camadas circunscritas às classes subalternas. E, assim, impedindo um maior raio de ação por parte dos movimentos Sociais.

Isso é tanto perigoso, num momento que as "elites" tentam controlar o movimento por cima, criando "novos" programas assistencialistas (19) ("novo Mobral", "Centro Social Urbano" e outros projetos "comunitários").

Outra observação que fazemos é a seguinte: os partidos estavam separados desse Movimento Social, mas há sempre a presença de um parlamentar comprometido com os interesses populares. A nosso modo de ver, parece que a desconfiança é colocada na Instituição e não na política. E, por Instituição é preciso frisar que se trata dos partidos tradicionais do nosso caso concreto.

Concluindo, colocamos a necessidade de se romper com os limites impostos à democracia pelo capitalismo. Portanto, a democracia é algo pelo qual se justifica a luta do Movimento Social como um todo. A nosso modo de ver, uma certa tendência que concebe a luta pela democracia - no plano da sociedade capitalista enquanto tal - como uma bandeira reformista, o faz por confundir democracia com liberalismo, este sim é a "ideologia" que define capitalismo.

O segundo tópico que queremos considerar se refere à questão do Partido político (20) como organizador das "massas".

É uma questão bastante discutida atualmente em todos os debates sobre os movimentos

sociais. Ou seja, debate-se muito sobre os rumos que tomará esses movimentos que o povo de forma espontânea ou não, tem levantado nos últimos anos. Há autores que classificam esses movimentos de "basistas" (Fernando Henrique Cardoso); outros falam de "neo-anarquismo" e "anarquismo revestido de batina" (Carlos Estevan Martins). (21) Trata-se de visões que se fundam em interpretações, as quais seguem orientações teóricas distintas e, conjugadas dentro da oposição ao regime brasileiro.

Uma organização que se inicie de "baixo para cima", é algo que não temos ainda, não obstante esta idéia ser veiculada em tantos discursos. Parece que tal forma de organização que finalmente surgiria a partir das comunidades é algo que não encontramos em todas as experiências vividas até nossos dias. Isso porque, mesmo nos países do "socialismo existente" o partido não segue a orientação acima referida, mas ao contrário, tem se tornado um instrumento para acomodação da força popular e, em mãos de uma certa minoria que se coloca como "proprietária" da Revolução. A nosso modo de ver o impasse que países chamados socialistas enfrentam atualmente, é uma consequência de toda uma virulência e de toda uma prática anti-democrática exercida pelos partidos e sua burocracia. No caso polonês, é até possível que o movimento popular que eclodiu no seio daquela sociedade, venha finalmente a colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Voltando ao caso brasileiro, experiências tais como a de Lajes em Santa Catarina e a de Boa Esperança no Espírito Santo, demonstram o trabalho construtivo que pode ser desenvolvido quando administradores e grupos populares, se unem para tratar

das questões pertinentes ao Município. É o momento em que tomadas de decisão começam se dar a partir da vontade da comunidade e, não como imposição de uma burocracia oficial.

O prefeito de Boa Esperança, Sr. Amaro Covre, em palestra no dia 25.06.81, no Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, disse que se um prefeito implementasse sua política municipal ouvindo a comunidade, o governador por sua vez o fizesse ouvindo o município e, o governo central ouvindo aos Estados, ocorreria justamente o que se chama de tomada de decisões de "baixo para cima". Pois, todas as decisões seriam tomadas de acordo com a vontade do povo e não de seus "representantes" no poder.

Concluindo esta breve reflexão, não temos uma resposta e nem certezas acerca do que vimos comentando. O que temos são dúvidas acerca das formas de luta mais propícias para o movimento popular. Isto é, se seria o partido político realmente um instrumento tão necessário como afirmam os clássicos. Não seria possível desenvolver outras formas de luta que não se prendessem às experiências históricas passadas? Novas formas que possibilitem a auto-construção do sujeito coletivo?

Consideramos que no âmbito do movimento popular, no Brasil, um grande passo que pode ser dado, e que já está sendo dado em casos isolados, é o de levar os indivíduos a tomarem decisões sobre si próprios e não esperarem que tais sejam tomadas pelos seus "representantes". A nosso modo de ver, as experiências dos Conselhos populares, tanto em São Paulo quanto em outras unidades da Federação, apontam para essa direção: o povo decidindo e obrigando os

administradores a executar as políticas de que são incumbidos pelo dever.

Finalizando, ainda temos que reconhecer que as considerações que acabamos de fazer estão muito aquém da liberação total do homem.

(1) O proprietário da área era muito amigo do ex-prefeito da Serra, na época, Aldari Nunes-ARENA. O que explica as condições absurdas e a aprovação de um loteamento totalmente irregular: a inexistência de áreas para praça, igrejas, ruas que possibilitem maior movimentação, etc..

(2) "Loteamentos: o milagre da multiplicação, Jornal "Posição", 22/03/78.

(3) "COHAB: uma CPI em suaves prestações", Jornal "Posição", 12/11/76.

(4) No caso do Inocoopes, o bairro já recebe as instalações prontas. No Parque Residencial Laranjeiras, 2km de Taquara, com 1.865 residências, o que significa um número aproximado de 10 mil moradores, o "Centro Comunitário" foi entregue com amplas instalações que permitem o acesso de 600 pessoas em seu interior. O bairro tem sido uma trincheira contra o poder local, representado pelas famílias Castelo Miguel e Feu Rosa. Duas famílias que através de casamentos se fundiram e mantêm total domínio sobre a administração pública. Dominam a Prefeitura, Cartórios, Hospital, Colégios, Ambulatórios e outros órgãos do município. Os Feu Rosa

36

tem na família, atualmente, o Prefeito, vereadores e um Deputado Federal (todos do PDS). No Planalto de Carapina não há nenhuma Associação de Moradores que não tenha uma história de enfrentamento contra essas famílias - agora unidas.

(5) Os políticos da Serra acostumados a administrar o Município como um "feudo" já começam a temer o crescimento do movimento popular. Principalmente com a introdução dos conjuntos habitacionais cuja população tende a descarregar seus votos na oposição. O município é famoso no anedotário capixaba por ter o número de eleitores mais alto do que o número de habitantes - em 1975, foram registrados 22.145 eleitores para uma população calculada em junho de 1975 em 21.187, sendo que o Censo escolar de 1977 apontou uma taxa de 39% de analfabetismo (Cf. Jornal "Posição", 28/07/79, "Os métodos sujos dos Feu Rosa"). O Prefeito José M.F. Rosa chegou a gastar Cr\$.250 mil numa campanha para eleição de sua chapa no Centro Comunitário de Carapina, que venceu e foi derrubada pelo povo. O prefeito é também um ardoroso defensor da separação política e religião. ("Posição", 28/07/79).

(6) Discussão que se encontra no fragmento dos textos do presente curso de Metodologia: "La Construccion de Nuevas Conductas"- pp. 44-49.

(7) Ver Karel KOSIK, Dialética do Concreto, 1976, cap.19.

(8) Do texto condensado de A Ideologia Alemã (Feuerbach), pg. 47.

(9) Agnes HELLER, O Cotidiano e a História, 1972, p.22.

(10) MARX e ENGELS, carta de 27/06/1867, in Karel KOSIK.

(11) Frei BETO, Prática Pastoral e Prática Política, 1980 p.143.

(12) A expressão, tomamos do relato da experiência em São José do Rio Preto, apresentada pelo Companheiro Gavino, em aula no Curso de Metodologia-1º Semestre de 1981.

(13) Max WEBER, Ensaio de Sociologia, 1974, p.333.

(14) No caso, nos referimos aos encontros das Comunidades Eclesiais de Base- CEBs.

(15) Nos apoiaremos em anotações do Curso "Urbanização, Classes Populares e Participação: Poder Local e Democracia"-URPALN/PUC- Tuquinha, 1981.

(Principalmente nas exposições de 02/04/81 (Vicente y Pla-Trevas) ; 30/04/81 (Luiz Eduardo W. Wanderley) e, de 04/06/81 (Experiência da Região Metropolitana de São Paulo e de Campinas).

BIBLIOGRAFIA

(16) Ver F.H.CARDOSO, Regime Político e Mudança Social, in Revista de Cultura e Política, nº3.

(17) Idem (Comentários de José Alvaro MOISES), p. 41-42.

(18) As declarações citadas foram por nós anotadas durante a exposição, e, portanto, não corresponde na íntegra, ao que foi falado.

(19) Essa atitude por parte das "élites" dominantes aponta para o que Henri LÉFEBVRE denominou de "raptó ideológico". (Ver José de Souza MARTINS, Sobre o Modo Capitalista de Pensar, 1980, p.59.

(20) Discussão que se encontra no fragmento dos textos preparado para o curso: "La Autoconstrucion Del SUJETO POLITICO" -pp.35-43.

(21) Ver Revista de Cultura Política, nº 3, Paz e Terra, janeiro 1981.

CARDOSO, F. H. - "Regime Político e Mudança Social", in Rev. de Cultura e Política, RJ. CEDEC/Paz e Terra, nº 3, 1981.

FREI BETO - "Prática Pastoral e Prática Política", in Rev. Civilização Brasileira, nº 21, março-1980.

HELLER, AGNES - O Cotidiano e a História, RJ, Paz e Terra, 1972.

KOSIK, KAREL - Dialética do Concreto, RJ, Paz e Terra, 2a. ed., 1976.

MARTINS, J. de SOUZA - Sobre o Modo Capitalista de Pensar, SP, Hucitec, 2a. ed., 1980.

MARX, K. e ENGELS, F. - A Ideologia Alemã (Feuerbach), SP, Grijalbo, 1977.

WEBER, MAX - Ensaio de Sociologia, RJ, Zahar, 1974.

JORNAIS

Jornal Posição (arquivo) - Semanário que circulava na capital do Estado do Espírito Santo.